

034ª SESSÃO ORDINÁRIA 26ABR2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra.

O Sr. Dr. Thiago (Questão de Ordem): O Dia da Fibromialgia já existe no calendário oficial, e mais uma vez o Ver. Márcio faz um projeto que já existe como lei. E, coincidentemente, o projeto, de novo, é meu! Então solicito que a Direção Legislativa possa informar o Vereador de que já existe isso. Não pode plágio! Obrigado, desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Dr. Thiago, depois o senhor pode ter acesso aos autos, mas, rapidamente, a prejudicialidade foi apontada pela DL. Agora o projeto vai para a CCJ e, na CCJ pode, inclusive, ser votado. A DL não pode barrar, ela apontou a prejudicialidade pela existência de legislação idêntica e o autor solicitou a retomada da tramitação, o que também é regimental. Então estamos exatamente de acordo com o Regimento. Eu também não tinha a certeza de que isso era algo que o Regimento permitia. Então o local, parece-me, para discussão deste tema é a Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Dr. Thiago: Agradeço, Presidente, a confirmação de que já existe essa legislação e eu acho que vamos tomar as medidas cabíveis com relação ao caso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Existe e foi apontado, inclusive foi juntada a lei existente.

(O Ver. Dr. Thiago assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – SIMPA que tratará de assunto relativo à situação dos terceirizados na Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC e em toda Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O Sr. Ivam Martins de Martins, Diretor de Comunicação, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. IVAM MARTINS DE MARTINS: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores presentes, municpários e trabalhadores terceirizados presentes nesta Casa. Venho representar a voz do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre aos trabalhadores terceirizados que trabalham na Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, bem como em outros locais de Porto Alegre, principalmente na Secretaria Municipal de Educação, para denunciar - esperando que seja um anúncio de mudanças na situação desses trabalhadores - a situação que hoje ocorre na Prefeitura como um todo, principalmente na FASC, onde temos cinco empresas contratadas: a Cootravipa, que tem 114 postos por contrato, gastando mensalmente R\$ 291 mil dos cofres da Prefeitura; a FA responsável pelos cozinheiros e auxiliares de cozinha, com 43 funcionários, tendo também o montante mensal próximo deste valor; a Labor, responsável pelos encarregados de portaria, são 157 postos, gastando R\$ 406 mil mensais; a Lazari Apoio Educacional, com 40 entrevistadores sociais responsáveis pela renovação do Programa Bolsa Família, com valor de R\$ 124 mil mensais; e a Spider Vigilância, com 42 vigilantes, pelo contrato, gastando R\$ 162 mil. Na intervenção que houve na FASC, foram constatadas várias irregularidades em relação a algumas dessas empresas, como a Cootravipa, por exemplo, que havia suspeita de estar recebendo além do que tinha, ou seja, tinha mais, recebia por todos os trabalhadores supostamente contratados, mas não tinha todos os trabalhadores nesses postos. Essa intervenção na FASC apontou seis sindicâncias. A Lazari, que é responsável então pelos trabalhadores da renovação do programa Bolsa Família, a verba destinada ao pagamento dos trabalhadores dessa empresa é federal, repassada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Portanto os trabalhadores, inclusive, não são pagos desde novembro pela empresa, pela falta de repasse do Governo Municipal. Esse repasse foi suspenso pelo decreto do

Prefeito Marchezan Júnior, no dia 4 de janeiro, durante quatro meses, e renovado por mais três meses agora. O escândalo que está na questão da Lazari principalmente é que é uma verba federal de cofinanciamento do programa Bolsa Família e que a Prefeitura não repassa esse dinheiro para a empresa e portanto a empresa não repassa para os seus trabalhadores. Na semana passada, a empresa FARH suspendeu os trabalhos de cozinha e auxiliares de cozinheiro por falta de pagamento. A FASC pagou o mês de janeiro e dia 27, quinta-feira, amanhã, ficou de pagar o mês de fevereiro. A empresa, se não receber, vai novamente retirar os trabalhadores de cozinha e auxiliares de cozinha dos quatro abrigos municipais, três abrigos e um albergue municipal, assim como a situação da FASC, no restante de trabalhadores de portaria, vigilância, limpeza, está atingindo todos os 22 CRAS e 9 CREAS. O Centro POP II, que atende população em situação de rua durante o dia, está fechado completamente por falta de funcionários especializados. Então, a situação é bastante grave, talvez a mais grave da Prefeitura no momento, a da FASC, e o Presidente ontem encaminhou ao Conselho Municipal o pagamento de luz, telefone; pasmem, luz, telefone, com a verba federal do cofinanciamento. O Município, pelo que eu sei, inclusive, suspendeu esta reprogramação dos saldos exatamente pelas ilegalidades constantes nele, porque não passou pelo Conselho antes. Foi apresentado como uma decisão já tomada sem o Conselho, que é o controle do Município sobre a política de assistência, ter se manifestado sobre o tema. A ideia é a gente poder trazer aqui essa denúncia de que os trabalhadores, com a questão da terceirização, principalmente dessas cinco empresas – a Cootravipa, também a Multiclean, que atende à SMED, a educação infantil –, os trabalhadores estiveram conosco, inclusive chorando, muitos deles, por não terem condições de ter a alimentação dos seus filhos, muitas vezes, nos fins de semana, pelo não repasse do salário, e, quando o salário é repassado, o vale-refeição não é repassado, ou o vale-transporte não é repassado. Isso não é de agora, isso já se arrasta há algum tempo e obviamente se agravou com as medidas tomadas pelo Prefeito e, pelo que se vê, essa situação vai continuar. Peço a esta Casa, às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores, a atenção sobre esse tema, que a gente traz como uma denúncia grave da situação, para que se pense também sobre a questão da terceirização. A própria FASC encaminhou um projeto também para o Conselho propondo a terceirização de todos os abrigos de crianças e adolescentes, passando para ONGs todo o controle, inclusive a coordenação, técnicos,

administração, pagamento de funcionários de qualquer tipo, alimentação, tudo para a iniciativa privada, para as ONGs. Então, se com as empresas terceirizadas que nós temos a situação já é extremamente grave, imaginem como vai ficar agora, inclusive terceirizando abrigos, que funcionam 24 horas por dia, de crianças e de adolescentes.

Muito obrigado. A gente vai passar um vídeo, Sr. Presidente, sobre os trabalhadores terceirizados, eles mesmos falando, um vídeo da TV Restinga.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cumprimento o Simpa, na pessoa do Ivam, demais diretores que aqui estão. Cumprimentá-los por não virar as costas para trabalhadores terceirizados. Primeiro, porque eles não têm a quem buscar e aí buscam o sindicato que representa seus colegas, que trabalham nos mesmos espaços, nos abrigos, nos atendimentos. Então, eu queria falar em nome da nossa Bancada, dos Vereadores Adeli, Oliboni, que o desrespeito aos direitos dos trabalhadores, acaba tornando a rotina, a vida e o trabalho dos servidores efetivos e a política pública profundamente prejudicada. Acho que o Sindicato traz aqui um apelo de busca de apoio. Eu gostaria de combinar com as comissões, quem sabe a Comissão de Direitos Humanos, a nossa comissão, Ver. Tarciso, de fazermos uma reunião específica para convocar a Secretaria, para vermos perspectivas numa reunião, e não num comparecimento em plenário, perspectiva de solução imediata. Porque nós temos a compreensão de que se vinha com problemas tem que corrigir sim, mas tem que corrigir pagando direitos dos trabalhadores, abrindo investigação e não simplesmente não repassando. Porque a vida - e está muito bem colocado nesse vídeo - a vida das famílias, do trabalhador, chega no final do mês, precisa continuar. E nós vivemos esse drama na SMED. A FASC, o tema da terceirização, absurda, de um espaço físico, ter num mesmo espaço, cinco contratos terceirizados, é escandalosa!

Então, nós queremos que essa transição, muito bem colocada aqui, que o Partido que dirigia a FASC continue no Governo. Então, nada explica que haja rupturas, que não haja

continuidade, ou uma transição com proteção do serviço e do trabalhador. É a minha sugestão de encaminhamento, além de parabenizar o Simpa é que nós organizemos as comissões numa reunião de trabalho para construir respostas objetivas aos trabalhadores e ao serviço público. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Quero dizer que fiquei sentado vendo o depoimento dos trabalhadores, a gente sabe como é triste, eu também fui trabalhador, não só no futebol, as em outros afazeres, e a gente conta, Comissão fim do mês com esse salário, a família toda conta. Então, é triste. E, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, encaminho para que possamos fazer uma reunião e trazer alguém dos órgãos competentes que possam falar. O que me choca, o que me dói mais são os trabalhadores, e os trabalhadores têm que receber os seus salários, porque se não, esse País fica difícil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero cumprimentar, Sr. Presidente, o Ivam e ao cumprimentá-lo, cumprimento toda a Diretoria do Sindicato dos Municipários, em nome do PSOL – em meu nome, no do Ver. Roberto Robaina e do Ver. Prof. Alex Fraga – e, ao mesmo tempo nos colocamos à disposição para essa luta justa e necessária. O Simpa encabelar e estar junto aos terceirizados na luta dos direitos é fundamental. Tanto no vídeo sobre a terceirização da FASC, os trabalhadores que estão sem receber salário, mais uma vez, os trabalhadores da cozinha ficarão sem receber salário, afetando o atendimento do Centro Pop, dos abrigos. As pessoas que estão sob a tutela do Estado e que estão sofrendo com a precarização da assistência; é um quadro brutal de um Governo que tem sido antipopular, antisserviço público e antitrabalhadores. E o caso da

FASC é ainda mais gritante, Ivam, porque tu sabes bem e os próprios trabalhadores falaram, tem uma investigação com vários envolvidos num processo de superfaturamento do aluguel das casas ou pelo menos de uma das casas que deveria servir de abrigo para as crianças e adolescentes tutelados pelo Estado. Nós temos o caso grave de o mesmo servidor do PP que fez, no DEP e na FASC o mesmo descontrole na fiscalização de empresas terceirizadas e os cofres públicos estavam pagando mais por um serviço não prestado. Agora, nesta crise, quando houve audiência sobre a questão do concurso da FASC aqui na Comissão de Direitos Humanos, nós cobramos isso do Presidente e ele disse que muitos fornecedores estão sem receber porque são empresas inidôneas. Mas, ora, se as empresas são inidôneas, se faz o pagamento em juízo para poder pagar o salário dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, apoia as investigações que existem para descobrir os casos de corrupção, como é o caso da CPI do DEP, pela qual o Ver. Roberto Robaina tem lutado aqui na Câmara e que não tem sido a tônica do Governo. Quero parabenizá-lo por estar junto nessa luta, vocês com os terceirizados, por direitos e ao mesmo tempo a favor do serviço público e contra a precarização das relações de trabalho. E acho que o encaminhamento do Ver. Tarciso é fundamental, uma audiência, pode ser na CECE, acho que é ótimo que seja na CECE, para que esses trabalhadores tenham um lugar de fala e ao mesmo tempo um espaço de mobilização para garantir os seus direitos, é fundamental. Contem conosco agora e também na construção da greve geral de sexta-feira, que é uma greve contra a reforma trabalhista, contra a reforma da Previdência, que, na verdade, é um rebaixamento e um ataque aos direitos, como estamos vendo no vídeo e na realidade concreta dos terceirizados. Parabéns! Contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Vou-lhe dar o meu cartão, sou Presidente, eleito na semana passada, da Comissão de Direitos Humanos, Consumidor e Segurança Pública. Quero deixar a nossa Comissão à sua disposição, para que a gente possa interagir nesse sentido. Queremos ajudar, sentimos a sua preocupação, de todos os funcionários, e

queremos colocar, não só esta Casa, como os Vereadores já estão colocando, mas principalmente a nossa Comissão de Direitos Humanos, Consumidor e Segurança Pública. Parabéns pelo debate.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Obrigado, Presidente, Falo em nome da oposição, PT e PSOL, saudando inicialmente o nosso Diretor do Simpa, Ivam Martins. Seja bem-vindo. O tema é muito pertinente na medida que nós percebemos de fato os problemas que estão acontecendo na FASC, mais precisamente com os programas que a FASC desenvolve e que muitos deles são absorvidos, administrados, atendidos por empresas terceirizadas. Ouvindo o que esses trabalhadores falaram, nos causa uma enorme preocupação, na medida que denuncia as irregularidades que aconteceram, inclusive antes deste Governo, mas que perdura neste Governo, a falta de atenção, de atendimento às famílias mais vulneráveis, mais precisamente aquelas que precisam, necessitam do Bolsa Família. Então, nós estamos também muito preocupados, tanto que convidamos o Presidente da FASC, assim como a Secretária estiveram aqui e pediram um tempo para poder observar e avaliar de fato o que estava acontecendo. Possivelmente, dentro de poucos dias, poderão voltar, porque pediram 40 dias, já faz mais de 20 dias, mas o assunto perdura, os trabalhadores continuam não recebendo, as empresas terceirizadas, e se larga a informação de que essas empresas terceirizadas não estão legalmente constituídas, isso é, não tem a documentação necessária para que a FASC possa fazer o pagamento. Acho que esse assunto tem que trazer para a Câmara de Vereadores, fazer de fato uma avaliação muito mais presente, pertinente, para que se resolva essa situação. Caso contrário, esse assunto é delicadíssimo e merece uma denúncia no Ministério Público, para se tocar adiante esse assunto. Mas creio que é possível se resolver na medida em que esses trabalhadores recebam o direito deles: ale-alimentação, vale-transporte e o próprio salário. Nesse sentido, parabéns por ter vindo. Com certeza, será bem-vindo esse tema que o senhor traz na comissão aqui na Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero agradecer a presença do Sr. Ivam Martins de Martins. Eu acho que os encaminhamentos já foram feitos aqui, principalmente, pelo Ver. Tarciso e pela Ver.^a Sofia, para que se possa avançar no ressarcimento das parcelas desses servidores que estão atrasadas. O Sr. Ivam Martins de Martins está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. IVAM MARTINS DE MARTINS: Quero agradecer o espaço para falar sobre esse tema, que é muito importante. Os trabalhadores terceirizados têm medo de comparecer e se mostrar, porque as empresas acabam demitindo. Os únicos trabalhadores que tiveram coragem de mostrar a sua situação foram os da Labor, mas essa situação é da FA, é da Cootravipa, é da Multiágil, é da Multiclin, é de todos os trabalhadores. A gente tem feito reunião com eles no sindicato, só que, quando a gente solicita que alguém fale, ou compareça a algum evento mais público, se negam por motivos óbvios. A gente só quer colocar a solidariedade ao movimento desses trabalhadores e ver se a Casa realmente anuncia alguma medida no sentido de uma maior fiscalização sobre essas empresas.

A FASC, só para resgatar, tem autonomia financeira, ela não está sob o guarda-chuva da Secretaria de Desenvolvimento Social, porque não foi aprovada, neste plenário, em dezembro, a incorporação da FASC e do DEMHAB a essa secretaria. Inclusive, o Tribunal de Contas diz que é indevida a intervenção do Governo central, da Prefeitura na questão das contas da FASC. O dinheiro da FASC, grande parte dele, é cofinanciamento federal. A autonomia da FASC não está sendo respeitada neste momento. A própria FASC está encaminhado ao Conselho Municipal de Assistência Social esse projeto de pagar luz, telefone, que deveria ser “vínculo 1”, e não de Governo Federal, com a verba do Governo Federal. Isso também nos assusta.

Para finalizar, além de agradecer, gostaria de dizer que sou funcionário da FASC, concursado pela FASC, e como coordenador da equipe de monitoramento e avaliação, conheci a situação de todos os CRAS, de todos os abrigos de toda Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vamos desenvolver isso nas Comissões. Muito obrigado pela presença. Um grande abraço.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente; Vereadoras e Vereadores; boa tarde a todos que nos assistem pela TVCâmara, já estou no meu terceiro mandato como Vereador de Porto Alegre, e durante esse período apresentei inúmeros projetos de benefício à população da Capital gaúcha. Um desses projetos de lei obrigada restaurantes, bares e lanchonetes a oferecerem alimentos adequados aos portadores de diabetes. Porém, o projeto foi arquivado mediante o compromisso do Sindpoa de realizar campanhas para que os restaurantes aderissem à ideia. O diabético, muitas vezes, vai ao restaurante e não tem opções, tem que comer o que lhe é oferecido, mesmo sabendo que aqueles alimentos não farão bem à sua saúde. Estou pensando seriamente em desarquivar esse projeto, devido ao que tenho visto e lido nas últimas semanas, como na semana passada, em que uma pesquisa revelou que o número de brasileiros com diabetes cresceu mais de 60%, e nos últimos 10 anos, no Brasil, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em outras cidades, esse número cresceu muito, mas Porto Alegre apresenta um número alarmante de diabéticos. Temos que, de alguma forma, estancar o crescimento dessa doença, que prejudica a vida de milhões de pessoas em todo o País. Precisamos nos conscientizar que a prática regular de exercícios e uma boa alimentação são fundamentais para que ocorra uma diminuição dos casos do diabetes. Comer bem é importante não só para quem tem diabetes, mas, para quem sofre dessa doença, o cuidado na escolha da dieta faz toda a diferença.

É muito importante que na hora do lanche os educadores acompanhem as crianças. Assim, os pequenos terão uma pessoa responsável que lhes ensine o que é saudável e o que não se deve comer. É uma coisa que as crianças vão levar para a vida inteira.

A prevenção é a melhor forma de cuidar do diabetes. Nesta semana, o Governo Federal lançou um programa chamado Saúde na Escola, que proíbe a venda em cantinas escolares de alimentos com alto teor de sódio, açúcar e gorduras. Além de estimular o combate à obesidade, o programa prevê outras ações para a prevenção de doenças e promoção da saúde.

É muito importante manter hábitos alimentares saudáveis desde a infância. Essa rotina irá favorecer o perfeito desenvolvimento físico e intelectual, reduzindo os problemas

causados pelas deficiências nutricionais, evitando a obesidade infantil e garantindo uma melhor qualidade de vida no futuro.

Aqui na nossa Cidade, a Prefeitura de Porto Alegre tem um programa que incentiva hábitos saudáveis, através de grupos de caminhadas, de promoção da saúde mental. A orientação da Secretaria Municipal da Saúde é para que as pessoas procurem a unidade de saúde mais próxima de sua casa e busque informações. Mesmo para quem tem a doença, o controle dos níveis de diabetes ajuda muito a manter o quadro estável.

Durante seis anos, tive problemas com o diabetes. Através da prática de esportes e uma alimentação saudável, consegui controlar a diabetes, não necessitando mais do uso de medicamentos. Se quando criança eu tivesse tido esse tipo de informação, talvez não tivesse acontecido este problema comigo.

Diabetes é uma doença silenciosa. Vocês veem, eu sou um cara rápido, mas não consegui vencer, na velocidade, o diabetes. Ela é uma doença silenciosa e espera o momento certo para te atacar.

Então, o que a gente pede aqui é mais informações sobre essa doença, e do que se alimentar, praticar esporte, praticar saúde para que não tenhamos no futuro que viver em casa, com os bolsos cheios de remédios. Prevenir é muito importante, não só para quem tem o diabetes. Eu, graças a Deus, quando conversei com muitos especialistas sobre o diabetes, entendi o que é esta doença. Hoje não tomo os remédios porque pratico muito esporte e como o que é saudável para minha vida. Espero que a gente possa levar essas palavras às pessoas que ainda não têm e para as que já adquiriram o diabetes, para que possam de alimentar de uma maneira plena e praticar bastante esporte, que é vida, é saúde para toda a vida. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Airto Ferronato solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 24 de abril de 2017.

O Ver. Mauro Pinheiro solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 3 a 5 de maio de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Renzo Antonio Franceschini, ex-Secretário Municipal de Obras e Viação.

O Sr. Matheus Ayres (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Santa Edith Formiga Dias, mãe da funcionária Fátima, que trabalha no gabinete do Vice-Prefeito, Gustavo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: De forma leal, eu esperei o Ver. Márcio Bins Ely vir até o plenário para poder abordar essa situação extremamente desagradável. Hoje ele protocola o PLL nº 266/16, que inclui a efeméride Maio sem Dor – Mês de Conscientização sobre a Fibromialgia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre. Eu quero dizer que nós já tivemos uma situação vinculada ao Ver. Márcio... Isso já é lei em Porto Alegre, Ver. Dr. Goulart. Já foi inclusive informado ao Ver. Márcio – é a Lei nº 11.801, de 6 de março de 2015. É uma lei de minha autoria que inclui a Efeméride do dia de Conscientização sobre a Fibromialgia na Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010. Já é lei em Porto Alegre. Institui o dia 12 de maio como dia de conscientização da Fibromialgia. Aí o Ver. Márcio vem novamente... O Ver. Márcio já tinha feito isso com relação ao projeto dos trotes ao SAMU, que era um projeto meu, já era lei em Porto Alegre, para que cada ligação clandestina, cada ligação irregular para o SAMU que gerasse uma ocorrência fosse penalizada com multa. O Vereador já tinha feito um projeto sobre isso. E agora, mais uma vez, faz um projeto em cima de uma lei que já existe em Porto Alegre e que, por causalidade, entre aspas, a lei é minha. E aí o Ver. Márcio Bins Ely recebe da Diretoria

Legislativa desta Casa o seguinte Parecer: “Informamos a vigência da Lei nº 11.801, de 2015, que inclui a efeméride do Dia de Conscientização sobre a Fibromialgia na Lei nº 10.904, de 2010, o projeto apresentado por V. Sa. atrai a mesma incidência do disposto no art. 7º, inc. IV, da lei nº 611, de 2004, segundo o qual o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei”. O Ver. Márcio recebeu isso aqui e insiste na tramitação da lei! Não dá para entender! Insiste e assina ainda: “Solicito a retomada de tramitação do referente processo, tendo me vista a data prevista da Lei nº 11.801, de 2015”. Não dá para entender! Será que é só para dizer que protocolou aqui o projeto e levar lá, para o grupo específico? Isso é plágio! Isso está disciplinado no Código Penal: “Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.”

Então, eu não acredito, eu acho que, talvez, o Ver. Márcio não tenha lido como outros aí; assinou sem ler. Certamente ele vai revisar essa situação, sob pena de todos nós fazermos projetos em cima de leis que já existem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta, sei que estamos com o pessoal da UERGS aqui, então, pretendo nem utilizar os cinco minutos. Mas eu venho a esta tribuna em tempo de presidência para falar sobre uma Moção de Solidariedade que já está circulando aí.

Ontem, estive numa reunião que, inicialmente, foi proposta pelo gabinete do Ver. Roberto Robaina e do Ver. Oliboni, que tratava de uma questão referente aos agentes comunitários de saúde. O incentivo dos agentes comunitários de saúde que vinha sendo pago normalmente até o ano passado, mas deixou de sê-lo em função de uma portaria do Governo do Estado que determinou que o Município tivesse que ter uma lei específica para o pagamento do referido incentivo. Então, vários Vereadores, o Ver. Dr. Thiago, o Ver. Cláudio Janta, fizeram contato com o Secretário Erno, e a informação é de que o projeto está praticamente pronto na Procuradoria-Geral do Município para vir para esta Casa.

Então, logicamente, nós teremos que fazer um esforço, tão logo o projeto chegue a esta Casa, para agilizarmos a tramitação do mesmo, que possamos aprová-lo o mais rapidamente possível para que os agentes comunitários possam, então, receber o seu incentivo, que é equivalente a um salário mensal. Não é 14º salário, mas equivale a um 14.º pagamento que vinha assim sendo pago, são recursos do Governo Federal. Na reunião de ontem à noite, estavam presentes o Ver. Oliboni, o Ver. Cláudio Conceição e o Ver. Marcelo, também segundo Suplente do PSOL e chefe de gabinete do Ver. Robaina, eram os Parlamentares ou Suplentes que estavam lá presentes, e tenho certeza de que muitos outros não estavam, porque não foi um convite aberto a toda Casa. Eu fiquei sabendo, porque fui incluído em alguns grupos de WhatsApp de alguns agentes comunitários de saúde, aí fui lá na abertura do posto modelo até as 22 horas e, logo em seguida, vim para cá.

Então, na verdade, para que essa iniciativa seja da Casa inteira, Ver. Matheus Ayres, está passando aí uma Moção de Solidariedade, que nós queremos poder votar amanhã ainda, justamente dando o indicativo de apoio desta Casa para a agilidade da tramitação desse processo junto ao Executivo Municipal.

Reitero que o Secretário Erno já disse que o processo está andando, mas que a Câmara, como um todo, possa dar uma resposta para os agentes comunitários de saúde que procuraram vários Vereadores. O Ver. Adeli Sell também consta num dos grupos de que participo, o Ver. Adeli também disse para os agentes comunitários de saúde procurarem vários Vereadores, para que esta iniciativa seja conjunta da Casa.

Aproveito para publicizar que estaremos realizando – logo em seguida, os senhores e senhoras vão receber o convite –, no dia 10 e dia 17, duas quartas-feiras, pela manhã, entre 8h30min e 12h, um seminário sobre Plano Diretor. Combinei com os técnicos da antiga SMURB, o Secretário Adjunto, que foi o Cogo; a Patrícia, que é supervisora; tem a Denise, que trabalha no meu gabinete, que é oriunda da Secretaria Municipal de Obras e Viação. Nós precisamos nos preparar para a revisão do Plano Diretor, que, muito provavelmente, acontecerá no ano que vem, depende do envio de uma lei de revisão por parte do Executivo. Estive com o Conselho do Plano numa audiência com o Prefeito, justamente externando essa preocupação, de quando seria a revisão, e o *start* tem que ser dado pelo Executivo. Nós vimos conversando com a antiga Secretaria de Urbanismo, que hoje é Meio Ambiente e Sustentabilidade e também Urbanismo, para que a Câmara

possa se preparar. Então, são duas etapas, Ver. Oliboni, de nivelamento: dia 10, história do Plano Diretor, todos os Planos Diretores e suas diferenças, e no dia 17 os técnicos da antiga SMURB vão nos apresentar, Ver. Márcio Bins Ely, a suas percepções sobre o atual Plano, para que a gente possa iniciar o nosso trabalho de discussão. Depois quero discutir com a Mesa e com os Líderes de nós fazermos uma rodada talvez na Cidade, colhendo as percepções, para o ano que vem, Ver. Paulo Brum, quando chegar aqui o projeto de lei de revisão de Plano, para que estejamos todos apropriados e preparados. Será no ano que vem ou no segundo semestre deste ano, na verdade o Executivo não nos disse ainda se encaminhará este ano ou ano que vem o projeto de lei de revisão, e aí tem todo um rito regimental, com a constituição de uma Comissão Especial aqui na Câmara para a revisão do Plano, mas para que nós possamos estar nivelados, tanto sobre a história dos Planos Diretores, quanto sobre as percepções que tem antiga Secretaria de Urbanismo, que é quem cuidava do nosso Plano Diretor até então, sobre o atual Plano, para que possamos iniciar o nosso debate. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar da importância da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Arisa Araujo da Luz, Reitora da UERGS; o Sr. Ederson Ferreira, Presidente do DCE da UERGS; e o Professor Vinicius Curcio, Diretor Regional do Campus 4 da UERGS.

A Sra. Arisa Araujo da Luz, Reitora da UERGS, está com a palavra.

A SRA. ARISA ARAUJO DA LUZ: Boa tarde a todos e a todas. Agradeço imensamente o convite para ocupar este espaço feito pela Ver.^a Sofia Cavedon, para que possamos trazer a UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – na sua inteireza, em 24 unidades, e também falarmos um pouco da Unidade Porto Alegre e da reitoria aqui em Porto Alegre. Nosso maior agradecimento à Ver.^a Sofia Cavedon. Ao mesmo tempo, cumprimento com muito carinho o Ver. Cassio Trogildo, Presidente desta Casa, que nos acompanha nesse tempo em que vamos falar um pouquinho da UERGS. Também gostaria de, ao saudar todos os Vereadores e Vereadoras, fazer uma saudação bem especial ao conterrâneo são-luizense, Ver. João Carlos Nedel. Agradeço também, neste momento, por dividirmos espaços, o Vinicius Curcio, Diretor do Campus Regional 1, e também ao Ederson Ferreira, que é o Presidente do nosso Diretório Central de estudantes. Da mesma forma agradeço à Rubia Nichele, Presidente da Associação dos Funcionários da UERGS, que também nos acompanha, bem como as colegas da UERGS que estão hoje aqui conosco neste momento.

Vamos falar da Universidade Estadual do povo gaúcho, que foi criada, aprovada por unanimidade em 10 de julho de 2001, portanto temos 15 anos, estamos para completar o nosso aniversário agora, em julho, mas mesmo assim já temos vários reconhecimentos, tanto reconhecimento internacional enquanto universidade, considerada em uma avaliação de todas as universidades do BRICS, na qual nós ficamos muito bem colocadas, junto com a Universidade Federal de Santa Maira, aqui no Rio Grande do Sul, o que muito nos honra. Também hoje somos consideradas a 30ª universidade do Brasil e a terceira melhor universidade em graduação do Rio Grande do Sul. Então são avaliações que nos colocam e nos mostram a importância da universidade e principalmente dos egressos da nossa universidade, onde hoje estão atuando. Porque essas avaliações pegam a atuação dos egressos, os egressos que estão hoje, e se faz uma média. Então essas avaliações nos dão certeza de que criar a universidade do povo gaúcho foi uma excelente ideia e também uma ação muito importante. Da mesma forma em que UERGS hoje é um das universidades que tem o menor orçamento entre as universidades públicas, talvez o menor orçamento em termos de universidade estadual, e ao mesmo tempo a UERGS dá conta de 24 Municípios, como estão vendo ali, trazendo ensino, pesquisa e extensão de muita qualidade. Nós hoje temos unidades que tem um curso, dois, três, quatro, porque a UERGS foi pensada e criada para estar em praticamente todo o Estado

do Rio Grande do Sul. Se vocês perceberem, nós temos um vazio bem no centro, que é onde a Universidade Federal de Santa Maria abrange. E nesse espaço, então, não havia aquela necessidade urgente de termos uma unidade. E felizmente, e digo com muito tranquilidade, o cenário do ensino público do Estado do Rio Grande do Sul se modificou. Hoje a UERGS não é mais a universidade mais nova. Hoje nós temos a Unipampa, que cobre também parte deste Estado, assim como a Universidade Federal Fronteira Sul, assim como os institutos federais, dando uma identidade diferenciada e tentando fazer com que os jovens e as pessoas que moram nas regiões de fronteira ou em regiões em que acabam migrando, ou para a região metropolitana ou mesmo para Porto Alegre, fiquem e permaneçam na sua região, porque ali estudam, ali se apropriam e ficam ali. A UERGS tem uma missão muito importante, que é atuar junto ao desenvolvimento regional sustentável e parêlo. Hoje afirmo, com tranquilidade, enquanto reitora da Universidade, que estamos, sim, cumprindo a nossa missão, que é levar o desenvolvimento, atuar. Eu sempre digo que a UERGS não está na comunidade, a UERGS é a própria comunidade. Somos professores e professoras, funcionários e funcionárias que moram naquela região, e com isso levam o desenvolvimento, desde as escolas onde nossos filhos estudam, estamos juntos, até mesmo as agroindústrias, até mesmo as discussões em todos os conselhos municipais de cada região, ou nos conselhos regionais das regiões onde estamos. Também neste ano, e aí demonstra o quanto a UERGS geral no todo é uma universidade que é reconhecida: do total de vagas ofertadas durante o ingresso neste ano, conseguimos ter 98% das vagas preenchidas, apenas 44 vagas não foram preenchidas na universidade em cursos específicos. Então o nosso ingresso foi um ingresso excelente, comparado a muitas outras universidades ou ao padrão, nós estamos muito, muito bem, até porque no ano passado conseguimos 99%, este ano foi 97,89%, o que arredondamos para 98%. Também temos bolsas, e aí precisamos, sim, aumentar o número de bolsas, e estamos conversando em todas as Câmaras de Vereadores do Município onde estamos para ver se no final de cada ano, quando sobram alguns valores, se possa transformar em valores para ajudar a universidade a manter bolsas acadêmicas. Nós temos bolsas de prodiscência, de monitoria, de projeto de pesquisa e extensão. A grande maioria dos projetos de ensino e extensão são captações externas feitas pelos professores e professoras em todo o Estado. Também temos os índices de ingresso cada vez maiores, demonstrativos de projetos de pesquisa, de projetos de grupos de pesquisas

que a UERGS faz parte nestas 24 unidades, também temos vários cursos, e aqui fomos colocando os cursos e unidades. Temos os cursos desde Ciência e Tecnologia de Alimentos aos cursos de Agronomia até chegarmos também aos cursos de Licenciatura. Nós temos também, aí é só para vocês identificarem, o mapa e onde estamos. Nós temos um reconhecimento dos projetos de pesquisa, tanto que um projeto, que nós realizamos sobre aplicativo na unidade em Osório, ganhou um prêmio da ONU - foi premiado em São Paulo. É um aplicativo que os alunos fizeram para o consumo de água potável. A unidade de Guaíba; nós temos as Licenciaturas. Nós também fazemos parte de um programa muito importante do Governo Federal que é o PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Também nós temos áreas prioritárias dentro da UERGS das quais nós participamos em todas as regiões. São grupos de pesquisa que vão desde a educação inclusiva, que é um tema muito caro para nós, bem como as outras áreas de biotecnologia, as áreas de engenharias, em que nós estamos participando com cursos de pós-graduação. Trabalhamos com formação de professores em todo Estado, auxiliando as Prefeituras que nos procuram para darmos formações docentes, bem como estamos trabalhando com formação hoje na área da administração pública. Temos cursos de extensão, onde trabalhamos com funcionários públicos municipais, estaduais e federais, qualificando para a gestão pública. Temos a extensão; hoje, nós temos 30 mil pessoas que são beneficiadas por programas de extensão. Aqui eu me detenho a um programa que é o Programa UERGS na Melhor Idade, em que as vagas ociosas da universidade são oferecidas às pessoas que fizeram uma graduação ou não, mas que podem fazer uma extensão, cursando uma disciplina. Para vocês terem uma ideia, nós oferecemos a disciplina de Cálculo I. Nós achávamos que não teríamos muitos inscritos. Eram dez vagas, apareceram mais de 50 pessoas interessadas; pessoas que já passaram dos 60, 70 anos e que voltaram à universidade com o curso de extensão. Então, esse é um programa muito importante para a universidade. Aqui vou me deter um pouco à questão dos mestrados. Tivemos, em 2015, o primeiro mestrado da Universidade aprovado, que é o Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, que funciona hoje na unidade de São Francisco de Paula. Esse mestrado teve uma procura muito grande, hoje já estamos na segunda turma, já estamos com defesas das dissertações sendo trazidas. Esse mestrado está qualificando, porque é um mestrado profissional, profissionais para atuar no ambiente e na sustentabilidade trazendo ações em todas as profissões. Eu sou

professora, sou pedagoga, e o mestrado me dá condições de trabalhar com a sustentabilidade, preservando as questões ambientais que temos hoje. Isso já é um problema hoje, nós temos problemas sérios nas questões ambientais, mas, podem ter certeza, se continuarmos nesse ritmo, daqui a dez anos os problemas serão muito maiores, e aí não serão de um local só, serão problemas da humanidade, uma responsabilidade de gerações que vamos ter.

Nós temos o segundo mestrado profissional aprovado. Ontem, encerraram-se as inscrições para esse mestrado e tivemos 468 inscrições, ainda não contabilizadas as que vão chegar pelo correio. Isso demonstra o vazio que estamos hoje enfrentando para qualificar professores e professoras com mestrados. Ele vai funcionar em Osório, uma região que necessita urgentemente de investimentos nessa área, bem como as 24 unidades da UERGS, em que há uma necessidade de qualificação de professores e professoras. Hoje eu sei que há uma busca cada vez maior para que tenhamos um ensino da educação básica de muita qualidade, mas precisamos também ofertar possibilidades dentro das universidades.

Então, agradeço mais uma vez este convite, é um prazer estar aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, assim como vou e participo de praticamente todas as outras 23 unidades onde temos sedes da UERGS. É um prazer para nós pela primeira vez estarmos aqui na Câmara de Vereadores, até porque temos uma unidade aqui em Porto Alegre, e para isso eu faço um pedido muito especial. Nós precisamos, sim, do nosso orçamento; mas precisamos que cada Vereador coloque em suas falas, em seus discursos a importância de uma universidade. Isso, para nós, é fundamental, e tenho certeza de que aqui nós vamos conseguir. Estamos tentando uma agenda com o Prefeito de Porto Alegre, mas ainda não foi possível. Peço aqui a quem tem um contato mais direto que a gente consiga essa agenda o mais rápido possível com o Prefeito de Porto Alegre, para mostrarmos a universidade, a unidade de Porto Alegre e a reitoria. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Vinícius Curcio, Diretor do Campus Regional 1 da UERGS, está com a palavra.

O SR. VINÍCIUS CURCIO: Agradeço ao Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; e à Ver.^a Sofia Cavedon, que fez o convite para nós estarmos aqui. Vou pegar o final da fala da nossa reitora, que citou que a UERGS está em Porto Alegre e em mais 23 unidades – no caso, correspondendo a 23 Municípios. Eu gostaria de enfatizar essa questão do Município de Porto Alegre, não só porque hoje nós estamos aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, mas porque aqui em Porto Alegre nós temos não só a reitoria da UERGS – por causa da lei de criação, que prevê que a reitoria tem que ser no Município –, mas também uma unidade de ensino em que se produz pesquisa e extensão em Porto Alegre, que, hoje, abriga: seis cursos de graduação; dois cursos de Parfor, que é um programa do Governo Federal, que equivale a curso de graduação; quatro cursos de especialização. Então, de fato, nós temos em Porto Alegre a maior unidade de ensino da UERGS, que se destaca por alguns pontos, principalmente pela sua procura e pela sua qualidade. Quando eu falo em procura, é bom ressaltar que, anualmente, nós estamos oferecendo 340 vagas para estudantes, interessados, vagas que são gratuitas, evidentemente, já que a UERGS é pública. Metade dessas vagas são para alunos hipossuficientes e mais 10% para alunos com deficiência; portanto, 60% das nossas vagas são com reserva para alunos que mais necessitam.

Em Porto Alegre, nós temos uma procura em que passam 10 mil inscritos pelo Sisu. Para ser exato, nesse último ano, quando tivemos uma menor quantidade de inscritos, chegamos a um total de 14 mil. Isso porque o Sisu, no Brasil inteiro, teve um decréscimo nos últimos anos, mas já chegamos a ter mais de 20 mil inscritos; em média, temos 18 mil inscritos para as nossas 340 vagas. Isso quer dizer que temos uma excelente procura, temos uma média de candidatos por vaga superior ao Sisu no Brasil inteiro.

Quando falamos na unidade de ensino, temos que destacar não só a procura, mas lembrar que temos 100% do preenchimento de vagas, na UERGS temos mais de 98%, mas aqui em Porto Alegre são 100% do preenchimento. Os nossos resultados são bem significativos.

Como devem saber, o MEC, por meio do INEP, faz uma avaliação de todos os cursos. E os nossos, aqui de Porto Alegre, tem média 4, lembrando que o máximo é 5. Essa média é bem superior à média das instituições de ensino superior de todo o Brasil. Nós temos um dos cursos de graduação que teve por duas vezes consecutivas, nessas avaliações

do MEC – e são trianuais -, a nota máxima de 5, e ficou em primeiro lugar em todo o Brasil, é o curso de Tecnólogo em Automação Industrial.

A minha fala é no sentido de ressaltar não só a procura que esses cursos têm aqui, mas também a qualidade que atingimos, e conseguimos medir isso através das próprias avaliações do MEC.

Para finalizar, gostaria de ressaltar a fala da nossa Reitora. Nós precisamos aqui em Porto Alegre do apoio de toda a comunidade e, evidentemente, da Câmara de Vereadores e do Poder Executivo para que possamos consolidar a Universidade como um todo. Certamente, isso passa pela consolidação da Universidade aqui em Porto Alegre, e, quando nós falamos da consolidação da Universidade aqui em Porto Alegre, devemos frisar que estou falando da consolidação da Reitoria, porque hoje nós estamos num prédio ali no Centro, tentando nos mudar para o Campus Central, que fica na Av. Bento Gonçalves. Precisamos também construir mais salas para unidades de ensino – salas de aula - e para isso, temos, inclusive, verbas do próprio Governo Federal. Só que nós precisamos do apoio de toda a comunidade para dar prosseguimento a esse projeto da UERGS, que é vitorioso em todo o Estado, mas principalmente, aqui no Município de Porto Alegre. Agradeço a todos mais uma vez. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Ederson Ferreira, Presidente da UERGS, está com a palavra.

O SR. EDERSON FERREIRA: Boa tarde a todos, é um grande prazer estar na presença dos Vereadores, o Presidente da Casa. Sou acadêmico do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental pela Unidade em Tapes, e para mim, é gratificante representar mais de cinco mil alunos. Então, o DCE levou 15 anos para ser instituído; foi no aniversário de 15 anos, da universidade, no ano passado, que a gente conseguiu fundar o nosso Diretório Central dos Estudantes. E nós, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, entendemos a crise que estamos enfrentando em nível estadual e nacional. A UERGS vem com a missão de mostrar que é investindo na educação que a gente consegue formar profissionais capazes conseguir soluções para futuras saídas da crise.

Então, é gratificante ver o modo que a UERGS foi pensada. Para mim, em Tapes, a 80 quilômetros da Capital, tem uma carência daquela região pela parte da agricultura familiar, e ver estudantes que não precisam se deslocar para fazer um ensino superior de qualidade, tendo no seu município o acesso.

Hoje o município de Tapes oferece Administração com Ênfase Rural e Agroindustrial e o Bacharelado em Gestão Ambiental. Fora as outras unidades da UERGS. Projetos de pesquisa de extensão que vêm se mostrando em premiações e congressos, o quanto a gente está desenvolvendo para o Estado do Rio Grande do Sul, para as nossas regiões. Então, é magnífico ver essa universidade, o acesso dela. Ainda mais no interior, onde as grandes universidades não conseguem chegar, como UFRGS, a FURG, a UFSM, e vem a UERGS para dar essa acessibilidade para nós discentes. E ser um dos escolhidos, dentro da gestão mais votada para o DCE, é uma honra representar todos esses estudantes dentro as suas graduações, como em pós-graduações. E não é à toa que a UERGS vem se destacando em nível Estado, Nacional e Internacional, está entre as melhores universidades dos BRICS. Então, sim, é algo que me entristece muito, a UERGS possui o menor orçamento entre as universidades públicas estaduais do País. A gente precisa de orçamento para que se tenha uma educação pública, gratuita e de qualidade, que a gente ainda consiga levar. Porque em meio a tanta crise, falta de professores, os nossos professores estão se virando nos 30, estão fazendo além do que podem para atender ao mestrado, especializações, para não deixar os estudantes sem cadeira de graduação. Então, é magnífico ver isso do corpo docente e também do corpo técnico administrativo para que os atendam e possam transmitir essa visão de universidade, de desenvolvimento rural, desenvolvimento regional sustentável. Solicito, como Coordenador-Geral do Diretório Central dos Estudantes, um olhar mais atencioso para a nossa universidade porque a gente precisa de orçamento e precisamos dar continuidade aos trabalhos que a gente vem desenvolvendo em meio a tanta crise. Obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O grande educador, Anísio Teixeira, disse, certa vez, que só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no País a máquina de preparar as democracias e essa máquina é a escola pública. Por isso, eu fiz questão de mencionar esse grande educador, Ver. Tarciso, porque foi um homem que marcou a questão da educação no País de tantas figuras ilustres e que hoje nós temos continuidade numa gestão dessa da UERGS que se vê aqui. Uma colocação brilhante entre as universidades aqui no Estado, inclusive em nível internacional. Acho que faltam algumas coisas, primeiro, acho que falta até a comunicação, a divulgação, provavelmente, vocês têm dificuldades de ter um mínimo de recurso e, às vezes, até capital humano para fazer essa divulgação dessas notas, desses patamares que vocês da UERGS atingiram. Cabe então a nós, neste momento, vai aparecer na TVCâmara, na Rádio Web, temos acompanhamento, de fazer essa divulgação. É um bom momento também que a Câmara Municipal de Porto Alegre abre os espaços para que se possa fazer essa ampla divulgação, mas que vocês percorram todos os rincões do Rio Grande do Sul na defesa da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul e também pela especificidade de alguns cursos. A ideia original da UERGS sempre foi essa, estar no lugar onde outros não estão e não estarão com cursos que outros terão dificuldade de colocar, sempre trabalhando no sentido de ter uma parceria com os Municípios, associações de Municípios. Sugiro inclusive que se busque a nossa Famurs mais do que nunca, vocês provavelmente têm procurado, associações de Vereadores estaduais, inclusive regionais. Não esqueçam também que, apesar de a UERGS ser uma entidade pública, ninguém sobrevive com os poucos recursos do Poder Público. Porto Alegre tem dificuldades, o Rio Grande do Sul tem tremendas dificuldades, não vou fazer aqui um debate sobre esse tema, em nível nacional temos esses problemas. Portanto, é preciso também dar uma chacoalhada na atividade privada das regiões, não fossem esses cursos, sem dúvida nenhuma, o desenvolvimento econômico, social, a inclusão não seria a mesma que está aí, estaria muito distante dos patamares que estão sendo atingidos com a presença da UERGS. Portanto, sejam não só bem-vindos à Câmara Municipal de Porto Alegre, mas nós podemos, devemos ser acionados com mais frequência. Vejo também, Ederson, a determinação do seu Centro Acadêmico. Depois de muito tempo, de ser professor inclusive de faculdade, voltei à escola, estou fazendo direito numa faculdade particular, mas vejo também o nosso Diretório Acadêmico

nesse momento bastante ativo, dialogando com a estudantada. A gente não fala mais “a gurizada”, porque a gente vê que a terceira idade, os sexagenários estão ocupando espaço. Eu vejo essa multiplicidade, Presidente Cassio, de uma forma muito importante. Portanto, vida longa à UERGS, continuem assim e exijam dos Parlamentares, em todos os patamares, auxílio, apoio à prolongação dessa atividade da UERGS. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer que eu fiquei mais feliz ainda, porque, quando fui Deputado, a gente lutava muito pela UERGS. Naquela oportunidade – quem sabe, até hoje –, eu fui o primeiro Deputado a participar de uma reunião da UERGS e estava lá lutando por mais um curso para São Borja. Quando a professora falou de São Luiz Gonzaga, eu lembrei: será que é a professora que estava naquela reunião e que abriu mão de um curso em São Luiz Gonzaga para ir para São Borja? Ela me confirmou que sim. Eu fiquei mais feliz ainda, professora, porque, naquela oportunidade, a senhora deu uma lição de humildade, companheirismo e solidariedade, olhando a universidade como um todo, não como uma peça de uma cidade só. Então, me parece que está em muito boas mãos, eu fico muito satisfeito.

Também me parece que a luta de vocês continua em alguns degraus necessários de ajuda, e eu fico muito feliz que vocês tenham vindo a esta Casa. Tenho certeza de que as comissões serão muito importantes para vocês. Naquela oportunidade, como a professora falou, a gente lutava por orçamento. Realmente, o orçamento da UERGS é muito pequeno, Ver. Oliboni, e sempre estivemos nessa luta com os professores para ampliarem o orçamento, porque sem orçamento não se faz nada. A outra questão era a ampliação da UERGS, e nós olhando o mapa do Estado, embora a nossa fronteira seja muito espaçada, percebe-se a distância entre os Municípios, como Alegrete e São Borja, Livramento e Bagé, que são muito grandes territorialmente e fazem parte da região que menos se emancipou. Mas há algumas brechas naquela região, como Santa Vitória do Palmar, na fronteira, que está mais para perto de Porto Alegre, centralizando aqui os

alunos que poderiam ir a Santa Maria, onde tem uma universidade poderosa. A outra questão são as instalações da UERGS, como o professor comentou, a dificuldade de encontrarem uma área, como em São Borja e em várias outras cidades. Mas temos que colocar uma coisa na cabeça: que a UERGS não é mais de um governo, ela é do Estado, pertence a todos nós. Não há mais como voltar atrás, pelo contrário, temos que avançar. Nesse momento, discute-se a situação do Bannrisul, da UERGS, mas o que é bom, o que é promissor, fica. O desenvolvimento social, cultural e econômico das regiões passa pela UERGS, e não interessa se tem a Unipampa, que também é boa, ou outras, que também são boas. Não! Trata-se de uma Universidade do Estado, e tem-se que relevar a educação como prioridade nos governos, e não acharmos que é mais uma. Todo tipo de educação é bem-vinda. Fico muito feliz com a presença de vocês, contem conosco, com esta Casa, e mais feliz por conhecer a capacidade da professora Arisa, porque a UERGS está em boas mãos. Digo aos professores que estão acompanhados por uma mulher poderosa, uma mulher que sabe lutar pela UERGS no Estado todo, pelo crescimento da UERGS. Para concluir, fico muito feliz, conte conosco, e sinto que a UERGS está em boas mãos; só tem a prosperar para melhorar em todos os sentidos o nosso Estado, a nossa população. Obrigado, parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ao mesmo tempo em que eu faço uma retrospectiva – sou do movimento estudantil –, lembro vivamente das nossas lutas lá em 2000, 2001 para que tivesse uma universidade estadual. Lembro das manifestações em frente à Assembleia Legislativa, as manifestações dos estudantes para que se avançasse na constituição de uma universidade que pode e é uma alternativa de milhares de estudantes nas mais variadas cidades do Estado.

Eu sou do Alegrete, como vocês sabem, e naquela época nós não tínhamos nenhuma universidade pública. Ou era universidade particular ou era impossível que o estudante pudesse estudar – a senhora inclusive falou isso, abordou esse tema da interiorização

das instituições federais e da nossa instituição estadual, a nossa Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. E já naquele momento, quando houve o envio do projeto de lei à Assembleia Legislativa, eu me lembro que uma das bandeiras que nós defendíamos e que se torna ainda necessária nos dias de hoje é a vinculação de um percentual do orçamento, uma rubrica específica para a UERGS, porque o fato de não ter uma rubrica específica para a UERGS faz com a universidade tenha surgido como uma inovação. Portanto, a entrada em 24 Municípios e essa combinação com os temas regionais, locais é um avanço enorme, mas ao mesmo tempo em que a gente tem isso, em todos os governos posteriores teve uma mobilização e uma permanente defesa do caráter público da UERGS, porque tivemos governos que ficaram quatro anos sem dar nenhum aumento de rubrica para universidade – eu me lembro bem das audiências durante o Governo Yeda Crusius, por exemplo, quando eu já estava aqui na Câmara de Vereadores e foram dias terríveis no que diz respeito aos investimentos na universidade estadual –, e nos governos subsequentes não houve nenhum compromisso real de gravar numa legislação estadual essa destinação obrigatória da rubrica. Isso é fundamental para não ficar à mercê dos governos, enfim, portanto essa mobilização em defesa da UERGS é fundamental, tanto pela defesa da qualidade, que foi o pedido da Reitora aos Vereadores, quanto pela cobrança ao Governo Marchezan para que receba a Reitora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Eu sei que não foi tom do seu pronunciamento, professora Arisa, mas eu tenho obrigação de fazer porque é um escândalo um Governo, em quatro meses, não receber a Reitora de uma das mais importantes universidades do nosso Estado. Eu acho isso um escândalo e faço aqui a cobrança ao Líder do Governo e aos Vereadores da base do Governo para que encaminhem com o Governo Marchezan rapidez para esta reunião, fundamental para a universidade e para o Município, porque o desenvolvimento da universidade e do Município faz parte do desenvolvimento do município de Porto Alegre.

Em terceiro lugar, cumprimento pela luta dos estudantes. Nós sabemos que esta questão da regionalização sempre foi difícil para garantir que além dos diretórios acadêmicos houvesse um diretório central que pudesse unificar essas lutas em cada um dos *campi*. A gente sabe que cada campus tem a sua realidade, que é importante ter diretórios acadêmicos e centros dos estudantes com as suas peculiaridades, mas também uma integração através dos instrumentos do movimento estudantil, com a sua autonomia, com

a sua riqueza, o que é fundamental para ter uma pauta unificada, para ter auto-organização com mais força, para ter demandas necessárias, como foi a recente ocupação do prédio para garantir as cinco salas em relação à CEEE. Acho que isso foi uma vitória enorme do movimento estudantil, mas, ao mesmo tempo, mostrou a truculência do Estado ao tentar fazer a desocupação sem a entrega do mandado judicial, com brigadianos às 6h para acordar estudantes que lutavam pela educação, enquanto as ruas estão cheias de problemas, com latrocínios, homicídios e a insegurança só aumentando. É lamentável que o Governo do Estado coloque seus brigadianos para acordar estudantes que estavam fazendo um protesto pacífico e necessário em defesa da educação pública. São temas necessários; obviamente temos que tratar para garantir direitos e para garantir, Ver. Tarciso, que não haja essas violações de direitos, como ocorreu com esses jovens estudantes da UERGS. Então, quero parabenizá-los pela vinda aqui na tarde de hoje, agradecer e dizer que podem contar com a bancada do PSOL na defesa da universidade pública e, ao mesmo tempo, na propaganda necessária para que ela siga se desenvolvendo, e a luta permanente para que a gente possa ter rubrica específica e que um dia a gente chegue a um patamar como o da cidade de São Paulo. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero também cumprimentar a Rúbia, que estava aqui representando os servidores, não podia ficar toda a tarde, e quero dizer que a gente se emociona ouvindo, Reitora, os números, as homenagens, a classificação da nossa Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Uma Universidade que, desde sempre, foi muito brava, lutou muito para sua sobrevivência, para sua estruturação. Foi uma conquista do povo gaúcho, foi uma conquista durante o Governo Olívio Dutra, Orçamento Participativo, Assembleia Legislativa, uma discussão forte, na Assembleia, Ver. Cassiá. Lembro dos esforços do Dep. Raul Pont na gravação de um percentual para a construção da autonomia universitária. Quero lembrar que a UERGS levou anos para conseguir eleger seu reitor, e, depois que foi empossado, para construir a sua autonomia. Quantos cursos foram

questionados na mudança de Governo, quando ainda não se respeitava a nossa Universidade como uma Universidade que tinha que ter vida autônoma e que tinha que ter a sua gestão própria e com orçamento. Como o curso de Pedagogia de Porto Alegre que foi fechado na segunda gestão – gestão pós-Olívio Dutra. Então quero fazer esse resgate e celebrar que hoje são 5 mil alunos, Ederson, que tu trazes para nós, e orgulho dessa Universidade que vive com pouquíssimos recursos e que tem um perfil, vários perfis maravilhosos. Mas eu me lembro que quando ela foi pensada, que ela não viria para fazer o mesmo que as demais universidades. A Reitora chamou a atenção ao fato de que a UERGS cobriu vazios de universidades no Estado, também de cursos, de áreas em que era necessário colocar investigação, pesquisa, conhecimento. Então os cursos são muito diferenciados, são cursos, como os que o Ederson se referiu, que vão tratar da gestão ambiental, estão voltados para o desenvolvimento rural, para o desenvolvimento tecnológico. Aqui em Porto Alegre, gestão em saúde pública, uma área que a gente precisa muito de desenvolvimento, então ela foi pensada para suprir lacunas de conhecimento, e continua preservando esse conceito fundamental para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, com o seu caráter inclusivo, através das quotas, claramente voltada à inclusão, à acessibilidade. Tenho certeza, busca a sustentabilidade, o apoio à presença com sucesso dos alunos e alunas que precisam de apoio financeiro para poderem se deslocar, para poderem estudar, para poderem desenvolver conhecimento.

Faço esse resgate para dizer que desse orgulho decorre a responsabilidade de a nossa Cidade assumir mais a sua Universidade Estadual. A UERGS tem a Reitoria em Porto Alegre, mas infelizmente em todos esses anos as administrações da Cidade, com exceção da primeira em que fizemos convênio e esforço para as educadoras populares das creches comunitárias estarem lá, no primeiro curso de Pedagogia, que depois foi fechado. Depois daquele primeiro mandato, nos primeiros anos da universidade, nós temos uma Prefeitura de costas para a nossa Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, que tem Reitoria, que lutou para ter a sua sede, que precisa ampliar essa sede, que precisa ter o termo permanente, que aquela sede onde ela está e que era da CEEE venha a ser da própria universidade, que ela tenha recursos para ampliar. Eu estive lá, e havia aulas de cursos de extensão que não puderam acontecer, como o curso de inglês, se não

me engano, e foi dado o relato ali, porque não tem espaço físico. E lá tem área para construir e tem espaço que a CEEE pode ceder.

Sr. Presidente, quero pedir que V. Exa. possa intermediar, como Presidente da Câmara de Vereadores, porque ficaria muito bonito um respaldo desta Câmara, uma reunião com o Prefeito Municipal para ver as potencialidades da nossa Universidade Estadual na relação com a Prefeitura de Porto Alegre, desde cursos, somar tecnologias, temos tantas políticas públicas, até mesmo incentivo aos alunos. Porto Alegre tem o Unipoa, tem convênios com faculdades privadas, abre mão de recursos de orçamento, por que a nossa Capital não pode ter uma parceria, um convênio? Ver. Tarciso Flecha Negra, a nossa Comissão, quem sabe, pode proporcionar também esse encontro para fomentar, valorizar e fortalecer essa maravilhosa Universidade. Parabéns a vocês, contem conosco. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu também quero me somar aqui, não só agradecer, como também parabenizar o trabalho que essas e outras direções fizeram na defesa da UERGS. E quero dar o testemunho aqui de que o Ver. Cassiá estava na Assembleia comigo – eu era Deputado Estadual – e, nesse período, percebemos uma enorme diferença de tratamento, isto é, no governo anterior, Governo Tarso Genro, em relação a outros governos com relação à UERGS, Ver. Tarciso.

O Governador Olívio Dutra, que criou a UERGS, ele teve a felicidade de perceber que a vocação regional para o aperfeiçoamento profissional não poderia se estabelecer em alguns centros do Estado, ela poderia ser aperfeiçoada em áreas regionais, como Grande Porto Alegre, Serra, fronteira, enfim, olha a importância, são 24 unidades. Essas 24 unidades não estão por acaso onde estão hoje, foi feito um estudo muito aprofundado, possivelmente com os próprios educadores da UERGS, e ali se estabeleceu, no início, com prédios alugados cedidos pela Prefeitura, foi uma realidade muito difícil, um orçamento muito pequeno. Eu estava na Assembleia e nós votamos, na época, a PEC do companheiro Raul Pont que direcionava 0,5% do orçamento do Estado, isso poderia

dobrar, quase que triplicar os recursos para a UERGS. Se falava na época em R\$ 30 a R\$ 40 milhões. E poderia, se os governos destinassem mais 0,5%, chegar a R\$ 90 a R\$ 95 milhões para a UERGS. Isso daria condições de fazer um planejamento mais adequado pela necessidade que a UERGS tinha de ampliar esses cursos regionais, cursos vocacionados que dialogavam, por exemplo, com a questão da agricultura e com uma série de outras demandas que havia.

Eu também presenciei a cedência do novo *campus*, uma área que era da CEEE, Ver.^a Sofia, próxima da divisa de Viamão, praticamente na frente do *campus* da UFRGS. Naquela ocasião se falava muito dessa ideia de ampliação, mas também uma enorme motivação, Ver. Cassio, no sentido de a UERGS ter uma visibilidade de futuro na criação de novos cursos e na sua manutenção. Vários reitores viviam em Brasília buscando ajuda, muitas das vezes, por meio de emendas parlamentares. Então, houve uma dificuldade enorme de manter a UERGS, inclusive alguns Governos... A Ver.^a Fernanda falou aqui, o Governo Yeda Crusius dava uma demonstração de que não havia viabilidade ou parece que estava torcendo para que a UERGS não desse certo. Já outros Governos, como o do Tarso Genro, como falei aqui, deu o maior apoio no sentido de ampliar o recurso, embora difícil, mas se percebeu a ideia de ter uma universidade estadual vocacionada à questão regional. Então, nesse sentido é que quero também parabenizar os nobres Diretores e a Reitora e dizer que nós temos, sim, Ver.^a Sofia, que incentivar, apoiar, mas, quem sabe lá, motivar o Prefeito Municipal de Porto Alegre, manter uma relação mais próxima e dialogar com cursos que são importantes também para a cidade de Porto Alegre. Nos estamos aqui para isso e queria agradecer a disposição dos senhores virem aqui. Parabéns. Vida longa para a UERGS.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Paulo Brum, quero fazer uma saudação muito especial à Sra. Arisa, Reitora da UERGS. Em nome da bancada do PDT, quero fazer a

nossa manifestação com relação a tudo o que foi falado aqui, o fortalecimento da UERGS, a importância da UERGS no contexto de aprimoramento, de aperfeiçoamento, de busca pelo conhecimento, do aperfeiçoamento da sabedoria do povo gaúcho, as oportunidades que ela proporciona, especialmente no que diz respeito, Ver. Tarciso, às cotas, aos percentuais, às pessoas que, talvez, numa outra circunstância, não teriam a oportunidade de uma formação em nível superior, o que a UERGS proporciona.

Eu conversava recentemente com meus companheiros do PDT sobre a importância do partido no contexto da estruturação da UERGS, quando foi Secretário de Ciência e Tecnologia o nosso ex-Deputado Kalil Sehbe.

Ainda, com muita honra, fui eleito pelos meus Pares, Ver. Paulo Brum, Vereadores e Vereadoras, com relação a este trabalho que estamos desenvolvendo frente à Escola do Legislativo – temos aqui a Escola Julieta Battistoli. Inclusive, aproveito esta oportunidade – me permitam aqui, em tempo de Liderança – para dizer que estaremos fazendo uma aula magna sobre Autonomia Municipal e Política Econômica nesta terça-feira. Quero convidar o Ederson para participar conosco. Estaremos recepcionando o Professor Ricardo Antônio Lucas Camargo, que vai conversar conosco a respeito desta pauta importante, na terça-feira da semana que vem, a partir das 14h. O convite é extensivo ao DCE e aos demais estudantes. Depois, se possível, estaremos mandando um *e-mail*, mas também, fundamentalmente para reiterar esta questão pontual do reconhecimento que nós temos relativo à relevância e à importância, no contexto da formação do povo gaúcho, toda esta estruturação, todos os pólos, esta apresentação ali muito bem distribuída por capítulos e de forma muito didática, objetivando a abrangência no território do Estado da representação da UERGS na formação nos mais longínquos rincões do Rio Grande, oportunizando a graduação em nível superior, tão almejada, tão desejada e tão importante para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das leis e costumes do nosso Rio Grande, e dessa forma fica também penhorado o reconhecimento da Bancada do PDT à nossa Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Parabéns, mais uma vez, Reitora! Estes são os votos do PDT! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Infelizmente, Vinicius, eu não tive essa oportunidade de ir à faculdade. Sou do Estado de Minas Gerais e a faculdade era só na Capital, Belo Horizonte, ou então em Juiz de Fora. Da minha cidade até Juiz de Fora eram quase cinco horas de viagem - seria um gasto muito grande e eu venho de uma família muito humilde, não teria condições. Infelizmente eu não consegui. Depois comecei a jogar futebol, e daí existia a opção: futebol ou estudar. Optei pelo futebol, por onde consegui realizar muitas coisas boas.

Ouvi o Ver. Adeli Sell e vários outros Vereadores falarem em democracia. Eu cobro sempre aqui educação, esporte, cultura; cobro um país de primeiro mundo. Nas viagens que fiz pelo Grêmio e seleção brasileira, muitos países conheci, e todos nós queremos um país educado. E de onde vem isso? Não vem só da capital, vem daquelas pequenas cidades em que vocês estão agora tentando chegar. Eu acho que o Estado, a sociedade, os pequenos, os grandes empresários têm que apoiar, porque para a gente ter um país para chamar de Brasil, país de primeiro mundo, nós precisamos ter isso, porque a gente sabe das dificuldades naquele local mais longínquo de Porto Alegre para essa pessoa que o sonho é chegar a uma faculdade. E esse sonho às vezes é interrompido aos 17, 18 anos. Ele vai ter que mudar o caminho. Então eu quero parabenizar vocês: ciências humanas, ciência da vida, do meio ambiente, ciências exatas, engenharia, pesquisa, pós-graduação. Está aqui uma foto maravilhosa. (Mostra foto.) Isso é maravilhoso.

Estamos este ano na CECE, junto com a Ver.^a Sofia, Ver. Matheus, Ver. Pujol, Ver. Medina, está aberta a nossa Comissão, porque, fazendo isso, não adianta eu vir aqui cobrar país de primeiro mundo, mas eu tenho que ajudar para que este País seja do primeiro mundo. Ajudar como? Levando as faculdades àquele lugar onde as pessoas que sonham estar dentro de uma faculdade e se formar. Então isso é importantíssimo. Eu quero dar os parabéns a todos vocês. Contem dom o PSD, e contem com este Vereador, Tarciso Flecha Negra. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Professor Vinicius Cursio está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. VINÍCIUS CURSIO: Em relação a todas as falas aqui, quero agradecer em nome da UERGS a todos os Vereadores que se manifestaram, Adeli, Cassiá, Melchionna, Sofia, Aldacir, Márcio e Tarciso, e ouvindo a fala do Ver. Tarciso, vejo nele muito de nossos alunos, porque, como eu disse, a UERGS tem 50% de reserva para alunos hipossuficientes, e quando a gente faz aquele mutirão para receber os alunos após o ingresso, a gente vê ali aquele sentimento de vitória de muitos deles que, se não fosse a UERGS oferecer aquelas vagas, mesmo hoje, que é muito diferente do seu tempo, talvez não tivessem condições de entrar numa universidade, então gostaria de fazer essa referência. Em relação às falas anteriores, é bom a gente frisar realmente essa luta que houve por parte dos alunos de nossa universidade e do DCE para a gente conquistar um pouco mais do espaço que a gente está dividindo com a CEEE, porque realmente a gente teve um pouco de dificuldade, a partir de 2015, por uma série de questões, não só de orçamento. Lembro que aquele espaço que a gente divide com a CEEE de forma harmônica, é um espaço que a gente conquistou através de um termo de cessão de uso de 30 anos, que prevê que possamos construir naquela área. Associado a isso, temos verbas conquistadas de mais de R\$ 13 milhões do Orçamento Federal, R\$ 3,5 milhões já depositados em conta corrente, que a gente corre o risco, inclusive, de ter que devolver para o Governo Federal nesta época de crise, o que seria algo lamentável. Então a nossa luta é por isso, é para consolidar a universidade. Mas não apenas pedir recursos que todos sabem que a gente precisa, mas o que a gente precisa no momento é simplesmente aplicar esses recursos, por incrível que pareça, para consolidar a universidade, e é neste sentido que a gente pede o apoio de todos, que se engajem nessa luta, representada pelo movimento dos alunos até a semana passada, e na nossa vinda aqui, para que tenhamos o apoio do Legislativo e Executivo de Porto Alegre para poder consolidar a Universidade aqui em Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Sr. Ederson Ferreira, Presidente do DCE, está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. EDERSON FERREIRA: Gostaria de agradecer cada fala dos Vereadores. Me vi ali em cada fala de vocês. Também venho de uma família bem humilde, minha mãe foi a

primeira a ter graduação, depois de 30 anos de idade, agora, eu, entrando no ensino superior público. Antes eu só queria me formar dentro da UERGS e trabalhar, enfim. Hoje, eu quero ser docente desta universidade. O meu foco, depois de eu me formar no final do ano, é fazer meu mestrado e possivelmente fazer o concurso para contribuir para a educação deste Estado e deste País. Então, é a fala de vocês que ainda fortalece esta Universidade no Rio Grande do Sul. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Muito bem, Ederson. A Sra. Arisa Araujo da Luz está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. ARISA ARAUJO DA LUZ: Agradeço e fiquei muito feliz, quando começaram as falas dos Vereadores, por uma menção ao nosso Anísio Teixeira, que foi realmente uma marca na educação e na formação docente. Hoje, é uma leitura obrigatória, uma leitura básica. Então, quero agradecer ao Ver. Adeli, quando traz essas questões e a importância de termos um estreito relacionamento com os Coredes, com a Famurs e também com as Câmaras de Vereadores – com o Executivo e o Legislativo de cada Município. E é isso que estamos fazendo. A primeira vez, enquanto Instituição, que estamos aqui nesta Casa. Mais uma vez, agradeço a Ver.^a Sofia e também por lembrar, na fala dela, os cursos da UERGS, que são cursos inovadores, mas, ligados ao desenvolvimento regional, que têm sempre um caráter inclusivo. Também quero lembrar da nossa Pedagogia, que tinha aqui em Porto Alegre, e que não tivemos mais, a não ser pelo Parfor, em que hoje a gente atua. Isso é muito importante, lembrar e saber que mesmo o curso de Pedagogia, que é um curso tradicional, mesmo assim, ele é inovador, porque ele trabalha com os anos iniciais - crianças - e com os anos iniciais da EJA. É um curso, assim como todos os nossos cursos, se formos falar, todos eles têm um caráter inovador, mesmo sendo um curso já tradicional. Também o Ver. Cássia que, na fala dele, lembrou das lutas, e essas lutas são por todo o Estado e que nós devemos hoje ampliar. Realmente, a UERGS hoje chega a este patamar: somos uma Universidade de Estado. E assim precisamos ser vistos em todos os espaços. A Ver.^a Fernanda fez uma fala bastante convicta da vinculação de um percentual fixo para a UERGS. Eu acho que essa é uma luta, e, na verdade, nas batalhas diárias, essa luta mais macro desaparece, porque temos que fazer

uma luta quase que de sobrevivência diária, mas isso é muito importante que seja lembrado e que também a gente retome, a cada momento, a busca desse percentual fixo. Ao Ver. Aldacir Oliboni, que muito nos recebeu como Deputado, assim como o Ver. Cassiá Carpes, digo que vamos continuar a nos manter com a nossa vocação regional, atuando onde mais se necessita do ensino superior, e que esse ensino superior chegue de forma gratuita, público e de qualidade. Ver. Márcio, agradecemos muito pelo convite para a aula magna e garantimos que, principalmente os cursos de administração pública, terão suas representações aqui, assistindo e acompanhando esta aula magna, porque é muito importante também que a gente se aproprie de alguns espaços e também de alguns temas. Então, com certeza, estaremos aqui. Por fim, o Ver. Tarciso nos trouxe o nosso *slogan* “Transformar é Humano”; é exatamente isso que imaginamos e pensamos, e trabalhamos todo dia para que a gente supere as dificuldades para o acesso ao ensino superior. Hoje nós estamos buscando superar a dificuldade do acesso; todas as vagas da UERGS são preenchidas, mas vai chegar, talvez já este ano, a busca pela permanência, porque alguns entram e muitas vezes não conseguem permanecer, primeiro porque não têm uma base, então a universidade tem que oferecer essa base mais cognitiva, e também, muitas vezes, porque não tem uma estrutura adequada para receber e fazer essa permanência. Agradeço também ao Ver. Paulo Brum, que aqui está conosco, por este espaço que tivemos, foi um pedido da Ver.^a Sofia e, ao mesmo tempo, um aceite de todos os Vereadores e de todas as Vereadoras que nos acompanharam durante quase uma hora e meia aqui neste espaço. Esperamos, porque somos espaçosos, que possamos vir seguidamente aqui, de seis em seis meses, porque são 24 unidades e eu percorro praticamente as 24 unidades, as 24 câmaras de vereadores, porque é esse apoio que nós precisamos, primeiro para que a gente não tenha nenhum corte no nosso orçamento, segundo para que não se discuta mais a importância de se ter uma universidade estadual, que a gente passe a discutir como vamos ter um percentual fixo, que a gente passe a discutir outras questões, mas não mais o questionamento de o que é ou por que ter uma universidade pública estadual no Estado do Rio Grande do Sul. Muito obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Queremos parabenizar a iniciativa da nossa querida Ver.^a Sofia e dizer da importância, sim, da universidade, em especial no que diz respeito à inclusão das pessoas com deficiência. A nossa UERGS, há 16 anos, tem a reserva de vagas para as pessoas com deficiência.

Nós, neste momento, estamos também nos parabenizando pelo grande evento em nível nacional. Somente agora – antes tarde do que nunca – o Presidente Temer baixou um decreto regulamentando a reserva de vagas também nas universidades federais para as pessoas com deficiência, sabendo que a nossa UERGS já há 16 anos presta essa ação de inclusão. Por isso, nós queremos nos colocar à disposição. Esta Casa já se colocou à disposição, mas também a Bancada do PTB participa dessa luta de vocês. Contem sempre com esta Câmara e venham tantas quantas vezes precisarem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h27min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): (16h28min) Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Dr. Goulart: Sr. Presidente, quero participar os colegas do plenário e V. Exa., em especial, porque estamos protocolando uma Moção de Apoio aos Ministros Rosa Weber e Luiz Fux, que caçaram o direito que o Aurélio Mello tinha dado, que era a liberdade desse assassino – o goleiro Bruno, do Flamengo –, que, estupidamente, mandou matar a sua namorada. Ficamos espantados que estivesse jogando futebol quando estamos justamente usando o futebol para dar exemplo de cidadania para as pessoas, e era uma derrocada no sistema democrático.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara, aqui nas galerias, colegas funcionários, quero reiterar que rerepresentei nosso projeto em relação à questão da CCJ, protocolei hoje, para ir à votação e passar de forma que acho que será majoritária, sobre a maioria simples. Inclusive, Felipe, depois

pedirei à tua equipe, porque sei que és um *expert* em economia pública, para calcularmos o número de projetos que virão para cá, em comparação aos três últimos anos, a partir da CCJ. Seguramente, será a maior economia da história da Câmara em tempo, em trabalho. Quero compartilhar e depois fazermos uma moção, talvez, para que outras Câmaras tomem esse projeto que vai desburocratizar toda aquela papelada que vem para cá.

Quero falar de um tema que para mim é muito importante. Costumo dizer que meu trabalho como Vereador é de 1%, acabei me tornando um protetor de animais do Brasil. Um dos casos mais chocantes e que encaminhamos ao Ministério Público, eu falei com o Governador do Estado, foi um caso que ocorreu na semana passada, onde um estudante de uma universidade federal, de Odontologia, que tinha quatro animais, e fez uma *selfie* gravando zoofilia, ele estuprando uma cadela branquinha; ele gravou e ele mesmo publicou nas redes de WhatsApp e de Facebook dele. Para tu ver como hoje o crime contra animais é desconsiderado, é visto como algo que não existe - tem muita gente que acha: o Maroni vai lá falar palhaçada, algo que não existe. Têm grupos de zoofilia - e eu recebo diariamente -, grupos organizados. Para vocês terem ideia, eu estou com uma denúncia, a qual a gente está investigando, em Capão da Canoa - a gente está tentando localizar o local e vamos achar -, um espaço de prostituição de animais. Dá para acreditar nisso?! Muitas pessoas acham engraçado, mas é verdade. Tem um indivíduo, a gente já tem até o nome, mas eu não quero divulgar antecipadamente, onde ele pega animais para prostituir. Ou seja, ele cobra para pessoas que vão lá praticar atos de zoofilia e estupro em animais. É algo que parece um absurdo, e tal, mas é doentio. Vocês imaginem num Estado ou no Brasil com milhões de pessoas, o número de milhões de pessoas doentes, relacionadas, psicopatas, e na minha opinião, com o pior caráter do mundo, que fazem isso, a ponto de chegar a ter um prostíbulo de animais.

Eu recebi ontem a denúncia, e que tinha em torno quase 250 pessoas de um grupo de zoofilia, organizado, que opera no Estado de São Paulo, onde eles praticam e gravam orgias com animais, estuprando, fazendo sexo oral, e os mais diversos tipos de abusos contra animais. Pois bem, esse indivíduo, que praticou e se fez a gravação, era de um grupo de zoofilia que causava estupros em animais, e a gente encaminhou para o Ministério Público, para o Governo do Estado e também para a polícia. Ele acabou sumindo, é do Estado do Mato Grosso, fugiu por alguns dias e foi detido. E

lamentavelmente, depois de toda uma comoção nacional, o movimento nacional que a gente fez, ele se entregou à polícia, junto aos pais, e foi detido, de forma preventiva por cinco dias. Inacreditavelmente, detido apenas por cinco dias, para comprovação e para que o Ministério Público e o juizado daquele estado avaliem uma coisa que ele mesmo criou prova contra ele, ele publicou contra ele mesmo, é de um grupo de zoofilia, um grupo que pratica esse tipo de ato.

Eu quero dizer aqui, não como Vereador, porque amanhã ou depois eu posso não ser Vereador, mas como protetor de animais: Essa é a realidade das leis que existem no País com relação a animais. Sabe o que vai acontecer com esse indivíduo que fez a gravação e abandonou a cadela branquinha, a qual foi encontrada dois dias depois? Posso apostar com vocês – farei de tudo, estamos fazendo abaixo-assinado, estamos fazendo um movimento nacional – que provavelmente vai acontecer, como aconteceu no caso do Theo que foi morto no bairro Santana. Esse indivíduo vai pegar um termo de serviço comunitário para ir uma vez por semana, durante meio ano ou três meses, numa instituição de pessoas que usam drogas ou idosos. Essa é a pena máxima que existe no Brasil! Não há sequer um só caso de indivíduo preso efetivamente e que pagou na cadeia, ou seja, a luta dos protetores de animais está muito mais distante do que qualquer um possa imaginar. Infelizmente essa realidade não chega à maioria das pessoas, não passa na imprensa, Ver. Dr. Goulart, e as nossas leis, com relação aos animais, não existem. Eu não estou aqui batalhando para melhorar, mas para que existam, porque sem sequer posso dizer que existam. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Grande expediente, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente dos trabalhos, Ver. Paulo Brum, colegas Vereadoras e Vereadores, público que acompanha a Sessão no dia de hoje, quero

agradecer o Ver. Marcelo Sgarbossa que, por uma dificuldade de agenda não pode estar aqui, me cedeu o tempo no Grande Expediente. Queria tocar no assunto e dialogar com alguns Vereadores que queiram fazer aparte sobre uma questão muito preocupante do Programa Saúde da Família. Hoje, em Porto Alegre, Ver. André Carús, temos em torno de 220 equipes, e, para cada equipe, nós temos um médico, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem e quatro agentes comunitários. Os agentes comunitários, Ver. Moisés, recebem, a cada ano, uma gratificação que é dada, geralmente no fim no ou início do ano. Quando o IMESF foi instituído aqui em Porto Alegre, lembro muito bem das emendas que nós oportunizamos e foram aprovadas, uma delas falava desse repasse aos agentes comunitários todos os anos. E, em 2016, o Governo do Estado baixou uma Portaria que exige um projeto específico para transferir esse recurso. Diria que não foi tão feliz essa ideia do Governo do Estado, mas que infelizmente criou esse problema para a Gestão do Município de Porto Alegre. Nós, há dois dias, estivemos falando com o Secretário de Saúde que nos garantiu que a minuta do projeto de lei já estava com a PGM. Isso na segunda-feira. Nós estamos na quarta-feira, e o projeto ainda não chegou aqui. Nós nos comprometemos ontem, numa reunião com vários agentes comunitários, também agentes de endemias, que, assim que chegasse o projeto de lei - tanto eu como o Robaina e o próprio Presidente que estava aqui e utilizou o Tempo de Presidente para falar sobre esse assunto -, e amanhã estaremos votando uma moção em apoio à agilidade desse projeto, para que quando chegue aqui na Casa possamos demonstrar claramente, não só aos trabalhadores do Programa de Saúde da Família, mas também ao Governo Municipal, que aqui temos vontade política para agilizar essa transferência de recurso que, diga-se de passagem, já foi transferida agora no dia 17 para o IMESF. Então, o dinheiro está em caixa e, infelizmente, a burocracia impede que esse recurso seja transferido aos trabalhadores. Então, me somo - e quero dialogar aqui com os Vereadores - a essa urgência, uma vez que nós temos certeza absoluta que não só eles, como também os agentes de endemias, que também a lei federal lhes garante esse repasse, mas que até então não foi institucionalizado por lei. Quero fazer essa discussão depois, Ver. Robaina, e nós temos esse acordo, na medida que vamos aprovar, nesta semana ou na semana que vem, esse recurso para ser agilizado, nós possamos dialogar com esses trabalhadores para poderem ser contemplados na media em que a lei federal lhes dá essa prerrogativa.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Oliboni, eu creio que vários Vereadores já estão sabendo desse movimento feito pelos agentes comunitários de saúde. Acho que deve ter um mutirão, engajamento total dos 36 Vereadores. Afinal de contas, esse tipo de atividade é fundamental. Se nós quisermos garantir saúde de qualidade, ela começa com a visita do agente, com o cuidado... Vejam quantas pessoas com saúde abalada, principalmente idosos, pessoas com deficiência, precisam ter esse olhar de perto, as pessoas precisam ser vistas, ser cuidadas. O Agente Comunitário de Saúde tem esse papel fundamental. Como nós estamos tratando de verbas não só do Município, mas de verbas que vêm de outras instâncias governamentais, nós temos que garantir uma legislação clara, cristalina, para que não haja problema nas pactuações que são feitas ou em nível de Governo Estadual, ou em nível federal. Que a gente tenha, nos próximos dias, essa conquista e retire esse limbo, essa confusão, essa nuvem que paira sobre esses profissionais. Obrigado.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Obrigado, Ver. Adeli, que também está participando e apoiando, desde o início, esse movimento para agilizar o processo.

O Sr. André Carús: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Oliboni, muito pertinente, é importante a abordagem desse tema. Recebi, como presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, o material encaminhado pelo Movimento Transparência, que é o nome dado a esse movimento encabeçado pelos Agentes Comunitários de Saúde. Nós temos o dever, enquanto legisladores, fiscalizadores dos atos do Poder Executivo... Ao mesmo tempo em que fiscalizamos e queremos garantir um serviço bem-prestado de saúde pública na Cidade, nós precisamos fazer com que a Prefeitura cumpra com essas obrigações financeiras, sob pena de ocorrer o que já vem acontecendo em outras áreas, como hoje mesmo aqui foi tratado, na área da assistência, serviços terceirizados, que não vêm sendo prestados e que, lá na ponta, acabam causando sérios prejuízos àquelas comunidades que são beneficiadas com essas atividades.

Além disso, quero agregar ao seu Grande Expediente que nós temos, nesta rede de serviços da área da saúde, também outros problemas que se agregam àqueles que vêm

sendo enfrentados pelos Agentes Comunitários de Saúde. O principal deles é a falta de recursos humanos, especialmente nos hospitais e prontos atendimentos que são geridos pelo Município. Considero um avanço a reunião que tivemos, na última segunda-feira, com o Secretário Erno, que anunciou, para este ano, o aporte de cem técnicos de enfermagem que serão nomeados – V. Exa. participou da reunião. Mas, para isso, é preciso que sejam feitos alguns ajustes na legislação. Por outro lado, nos prontos atendimentos da Cruzeiro do Sul, da Bom Jesus, da Lomba do Pinheiro, no HPS, que visitamos, e também no Hospital Presidente Vargas, onde há uma demanda. E as direções dos hospitais e dos pronto-atendimentos reconhecem isso. Então, a par de todo discurso que é feito da crise financeira, nós entendemos que é preciso priorizar certas áreas, e a saúde está no topo dessa priorização. Muito obrigado.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Muito obrigado, Ver. Carús, muito pertinentes os dados que V. Exa. traz em função da reunião que tivemos com o Secretário na segunda-feira.

O Sr. Roberto Robaina: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Oliboni, acho que a reunião de ontem foi uma vitória; o compromisso feito hoje pelo Presidente Cassio Trogildo também foi muito importante, de tal forma que estou relativamente seguro de que teremos essa lei. Esse problema vai, de fato, ser um problema formal, embora já haja um prejuízo porque há um atraso e uma insegurança que foi causada pelo Governo do Estado e por uma certa, ainda, lentidão, do Governo Municipal. Portanto, espero que amanhã, de fato, já estejamos votando a solução desse problema. O que eu queria colocar para V. Exa. como uma sugestão, para pensarmos juntos, é se não vale a pena convocarmos uma reunião com vários Vereadores que estejam interessados também em estender, em garantir que a Lei Federal seja executada em relação aos agentes das endemias. Acho que temos que pensar bem nessa articulação, acho um grande desafio. A reunião de ontem serviu para articular e garantir que este seja só um problema formal em relação aos agentes comunitários de saúde, mas não ficou nada resolvido para os agentes de endemias. Então, como vamos conseguir fazer com que essa conquista seja realmente realizada, acho que é uma arte que temos que exercitar e chamar o maior número de Vereadores para se somarem a essa luta. Acho que há espaço para isso e temos que aproveitar. Nisso estamos bem

unidos para ter essa conquista, digo o meu mandato com o teu. A articulação, ontem, foi muito boa para podermos avançar. Obrigado.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Muito obrigado, Ver. Robaina, que traz o assunto muito pertinente com relação aos agentes de endemias, que têm, de fato, um histórico de muita luta, quando se constituiu, através das associações comunitárias, depois por contrato - Ver. Brum, quando éramos Vereadores aqui -, e com certeza lá atrás, quando era renovado de quatro em quatro meses, depois de oito em oito meses, e depois em um ano e meio, tornando-se, depois, um programa permanente. Os agentes de endemias passaram por uma enorme dificuldade para trabalhar, não tinha vale-alimentação, não tinham vale-transporte, era uma realidade muito difícil. E hoje a gente percebe, reconhece que eles têm um trabalho em conjunto com a mesma equipe do Programa de Saúde da Família, onde eles foram agregados para o combate à dengue em Porto Alegre. Eles não são muitos trabalhadores não, não chegam a 300, portanto o número não é grande, mas é de enorme importância na cidade de Porto Alegre. Quando nós aqui aprovamos uma lei que veio do Executivo, eu me lembro muito bem que permitia a ele utilizar até a força para poder entrar em alguns imóveis que estavam fechados, houve uma enorme repercussão, mas o agente comunitário e o agente de combate a endemias só vão conseguir entrar na casa do cidadão se a porta for aberta – não tem poder de polícia. E hoje nós temos uma enorme dificuldade, inclusive com o número elevado de casos de dengue, Ver. Dr. Goulart, em Porto Alegre, exatamente pela falta de acesso a essas residências, a esses imóveis.

Então é um assunto muito pertinente que nós devemos continuar debatendo, seja em conjunto ou eles mesmos se organizando para virem à Câmara, ou na frente em defesa do programa que nós vamos lançar no dia 9 aqui na Câmara, e que vários Vereadores já assinaram, e os que não assinaram ainda poderão entrar. Será melhor quanto mais Vereadores nós tivermos para apoiar esses trabalhadores da saúde como tantos outros da rede básica da saúde, dos instrumentos de saúde de Porto Alegre, como é o caso da menina dos olhos da nossa Cidade, o HPS, e que nós, como Comissão de Saúde, assim como vários Vereadores, já fomos visitar, percebendo claramente que há um enorme *deficit* de recursos humanos – vários serviços ainda não estão funcionando. E, diga-se de passagem, nós percebemos, inclusive o Ver. Robaina falou ontem na reunião, um enorme

esforço do Secretário de Saúde no sentido de operacionalizar, chamar os profissionais médicos, enfermeiros, agentes e assim por diante.

Então nós, Ver. Moisés, estamos dando o maior apoio ao Secretário de Saúde, e percebemos que há, sim, uma certa dedicação a essa causa, e nós queremos muito isso, como queremos que aconteça com o movimento da UPA do Partenon, com outros movimentos que serão lançados - por Vereadores -, específicos para a saúde do homem e da mulher. Eu tenho certeza de que esse é um tema que foi priorizado na campanha e que tem que acontecer na nossa Cidade para reduzir essa demanda enorme das filas e oportunizar ao cidadão e à cidadã um atendimento de qualidade e mais humano, mais digno, mais solidário. Então, agradeço ao nobre colega, Ver. Sgarbossa que cedeu seu tempo. Com certeza, estaremos aqui unidos quando chegar o projeto de lei que trata da transferência desse recurso, dessa gratificação, do 14º, o mais rápido possível aos agentes comunitários. Está depositado, mas ainda não receberam. Espero que a PGM possa se sensibilizar e mandar o mais rápido possível este projeto de lei para a Câmara Municipal. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Grande expediente. (Pausa.) Desiste.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Paulo Brum, neste momento, nesta quarta-feira, quando geralmente ocorrem bons debates, contamos com a presença de quatro Vereadores de primeira Legislatura, Oliboni: Camozzato, Moisés, Matheus, Robaina. Com esse vigor é importante a gente debater alguns temas candentes na cidade de Porto Alegre. Uma das minhas grandes preocupações é a questão do transporte coletivo de passageiros. Nós precisamos ter empresas de qualidade. Neste momento, nos fundos do plenário, temos

vários conselheiros do Orçamento Participativo que nos ouvem; portanto posso afiançar, perguntar para qualquer um deles, que representam as regiões, quais são os maiores problemas que a sua população de periferia tem: transporte coletivo de passageiros, ônibus com atrasos inaceitáveis, ônibus com condições muito precárias. É uma vergonha que a gente tenha retrocedido tanto assim em Porto Alegre. Ontem, Moisés, eu recebia, pelo Facebook, a postagem de uma pessoa dizendo para eu pensar em alguns problemas da Cidade, como a questão da limpeza no Centro, que por sinal melhorou, já foi pior, e o transporte coletivo de passageiros; essa pessoa disse que estava voltando da cidade de Curitiba, com quem nós precisamos fazer um comparativo. As paradas, em Curitiba, todos aqui sabem, são cobertas. Uma chuvarada como a de ontem, quantas e quantas pessoas ficaram molhadas como um pinto por causa da chuvarada e por falta de abrigos. Esse é um debate que nós temos que fazer em cada ponta da Cidade para mostrar que condições aquela companhia de transporte coletivo apresenta para os seus moradores, para a sua localidade. E nós temos que fazer um trabalho em relação aos agentes de fiscalização da EPTC, porque os agentes não são apenas de trânsito, são agentes de trânsito e de transporte. Então, nós precisamos todos os dias alimentar, o Diretor-Presidente da EPTC, o Marcelo Soletti, com essas informações, para que o nosso Diretor-Presidente da EPTC se convença de que ele tem que, inclusive, pegar algumas pessoas que estão na fiscalização de trânsito, passar para a questão do transporte. Há uma debilidade na questão da fiscalização do transporte coletivo. Não adianta o fiscal “canetear” aqui ou ali, porque em algumas pessoas nós temos que passar a caneta, não tenha dúvida, mas é muito mais importante para as pessoas chegar no horário, que haja uma fiscalização dura no transporte. Nós não queremos penalização para nenhuma empresa, nós não temos um espírito antiempresarial. Nós achamos que Porto Alegre pode permanecer com os 22,5% da Carris, e a gente até discute se um pouco mais ou um pouco menos, e as outras empresas sob a fiscalização no serviço concedido, portanto é um serviço público, mas só se for fiscalizado é que nós poderemos dar o mínimo de dignidade à pessoa que mora na periferia. Imaginem quem tem que sair lá do Lami, do Belém Novo? Uma tragédia! Cada vez pioram mais aquelas linhas; na Zona Norte, sair lá da Wenceslau, lá do Rubem Berta... Então são problemas que temos que trazer cotidianamente para o nosso Diretor-Geral para que ele tenha uma ideia de que as suas diretrizes, os seus acordos, inclusive aqueles feitos no Conselho Municipal, que deram

origem inclusive ao preço da nova passagem, não estão sendo cumpridos. Então, pelo bem do transporte coletivo de Porto Alegre, eu digo o seguinte: aumentem a fiscalização no transporte. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h56min.)